



ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR DELEGADO REGIONAL DO
TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Ref.: Depósito, registro e arquivamento de
CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2007/2008

SENAPRO	
MINISTÉRIO DO TRABALHO	
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	
S	46219.073846/2007-99
E	
R	
P	
R	
O	

IRI/SP 46219 -28-Dez-2007-14:54-027710-218

O **SINDICATO DOS NUTRICIONISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrito no CNPJ n.º 52.399.946/0001-76, e Carta Sindical n.º 24440.58327/87, SR09344, com sede na Rua 24 de Maio, 104 – 8º andar – Centro – SP – CEP – 01041-000 – Assembléia Geral realizada em sua sede no dia 02/04/2007, por seu Presidente **Sr. Ernane Silveira Rosas** – CPF n.º 314.702.707-49 e assistido por sua advogada, **Dra. Maria Alice Ribeiro Magalhães** – OAB/SP n.º 148.130, abaixo assinados, e de outro, como representantes da categoria econômica, a **FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, entidade sindical de segundo grau, detentora da Carta Sindical n.º 25.797/42 e do CNPJ n.º 62.658.182/0001-40, SR01203, com sede na Rua Dr. Plínio Barreto, n.º 285 – Bela Vista – São Paulo – Capital – CEP – 01313-020 – Assembléia Geral realizada em sua sede no dia 22/11/2005, neste ato representada por seus advogados, **Drs. Luis Antonio Flora** – OAB/SP 91.083, **Pedro Teixeira Coelho** – OAB/SP – 18.128, **Fernando Marçal Monteiro** – OAB/SP – 86.368 e **Delano Coimbra** – OAB/SP – 40.704, que representam também os seguintes Sindicatos filiados: **Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios no Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 49.087.232/0001-18 e Registro Sindical – Processo n.º 318.862/72, SR06781, com sede na Av. Senador Queirós, n.º 605, 23º andar – Conjunto 2312 – Santa Efigênia – SP – CEP – 01026-001 – Assembléia Geral realizada em sua sede no dia 31/08/2007 e **Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 49.087.273/0001-04 e Registro Sindical – Processo n.º 24000.003254/84, SR02303, com sede na Rua 24 de Maio, n.º 35, 13º andar – Conjunto 1313 – SP – CEP – 01041-001 – Assembléia Geral realizada em sua sede no dia 15/08/2007, em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa SRT/MTE n.º 6, de 06 de agosto de 2007, solicitam o depósito, registro e posterior arquivamento da presente Convenção Coletiva de Trabalho, autorizada pelas Assembléias Gerais realizadas nas sedes dos sindicatos nas seguintes datas: 02/04/2007; 22/08/2007; 31/08/2007; 15/08/2007, que aprovaram as reivindicações e concederam poderes para a negociação e firmada pelos representantes abaixo assinados.



Para tanto, apresentam uma via original do instrumento a ser depositado, registrado e arquivado, **bem como três vias para serem devolvidas**, nos termos do Inciso II, do artigo 4º da Instrução Normativa SRT/MTE nº 06, de 06 de agosto de 2007.

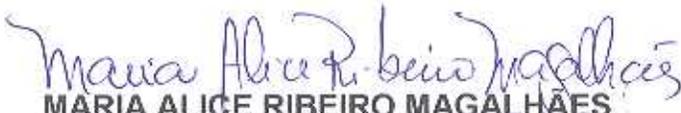
São Paulo, 20 de dezembro de 2007.

Pelo Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo


ERNANE SILVEIRA ROSAS
Presidente
CPF n.º 314.702.707-49

Pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo e demais Sindicatos Patronais nominados


PEDRO TEIXEIRA COELHO
Advogado
OAB/SP – 18.128
CPF/MF n.º 075.491.138-15


MARIA ALICE RIBEIRO MAGALHÃES
Advogado
OAB/SP – 148.130
CPF/MF n.º 040.847.158-16



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2007/2008

Por este instrumento e na melhor forma de direito, de um lado, como representante da categoria profissional, o **SINDICATO DOS NUTRICIONISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrito no CNPJ n.º 52.399.946/0001-76, e Carta Sindical n.º 24440.58327/87, SR09344, com sede na Rua 24 de Maio, 104 – 8º andar – Centro – 01041-000 – Centro – SP – CEP – 01041-000 – Assembléia Geral realizada em sua sede no dia 02/04/2007, por seu Presidente **Sr. Ernane Silveira Rosas** – CPF n.º 314.702.707-49 e assistido por seu advogado, **Dra. Maria Alice Ribeiro Magalhães** – OAB/SP n.º 148.130, abaixo assinados, e de outro, como representantes da categoria econômica, a **FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, entidade sindical de segundo grau, detentora da Carta Sindical n.º 25.797/42 e do CNPJ n.º 62.658.182/0001-40, SR01203, com sede na Rua Dr. Plínio Barreto, n.º 285 – Bela Vista – São Paulo – Capital – CEP – 01313-020 – Assembléia Geral realizada em sua sede no dia 22/08/2007, neste ato representada por seus advogados, **Drs. Luis Antonio Flora** – OAB/SP 91.083, **Pedro Teixeira Coelho** – OAB/SP – 18.128, **Fernando Marçal Monteiro** – OAB/SP – 86.368 e **Delano Coimbra** – OAB/SP – 40.704, que representam também os seguintes Sindicatos filiados: **Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios no Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 49.087.232/0001-18 e Registro Sindical – Processo n.º 318.862/72, SR06781, com sede na Av. Senador Queirós, n.º 605, 23º andar – Conjunto 2312 – Santa Efigênia – SP – CEP – 01026-001 – Assembléia Geral realizada em sua sede no dia 31/08/2007 e **Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 49.087.273/0001-04 e Registro Sindical – Processo n.º 24000.003254/84, SR02303, com sede na Rua 24 de Maio, n.º 35, 13º andar – Conjunto 1313 – SP – CEP – 01041-001 – Assembléia Geral realizada em sua sede no dia 15/08/2007, celebram, na forma dos artigos 611 e seguintes da CLT, a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

1 – AUMENTO SALARIAL

Os salários dos empregados abrangidos por esta Convenção serão aumentados nas mesmas épocas e com a aplicação de idênticos percentuais de aumento salarial, que forem estabelecidos na norma coletiva referente à categoria profissional preponderante nas respectivas empresas em que prestem especificamente seus serviços.



2 – COMPENSAÇÕES

Ao serem majorados os salários na conformidade da cláusula 1 desta Convenção, serão, igualmente, adotados os mesmos critérios de compensação que tiverem sido estabelecidos na categoria preponderante.

Parágrafo único - Não serão compensados os aumentos decorrentes de promoção, mérito, antiguidade, transferência e equiparação salarial, devendo as percentagens concedidas a estes títulos, ficarem expressamente excluídas da majoração prevista na cláusula 1 supra.

3 – SALÁRIO NORMATIVO

Fica assegurado para os empregados abrangidos por esta Convenção, o salário normativo de R\$ 1.414,40, a vigorar a partir de 1º.07.07.

4 – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PROFISSIONAL

As empresas descontarão dos salários do mês de janeiro/2008, dos empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva, uma contribuição assistencial de 4% (quatro por cento), limitada ao teto de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por empregado.

a) Respeitada a legislação vigente, bem como a jurisprudência que rege a matéria, fica garantida a manifestação das/os nutricionistas, sendo que o integrante da categoria profissional poderá apresentar sua manifestação de oposição à presente contribuição, perante o Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo, com posterior remessa de cópia à empresa.

b) As empresas efetuarão o recolhimento dos valores descontados, a favor única e exclusivamente ao Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo, categoria profissional liberal, em qualquer agência do Banco do Brasil, para crédito na agência nº 646-7 - Ana Rosa, c/c nº 20550-8, em guias próprias fornecidas pelo Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do desconto.

c) Na hipótese de já ter sido descontada contribuição assistencial ao Sindicato dos Nutricionistas, relativa ao ano de 2007, o empregado beneficiado pela presente Convenção não sofrerá novo desconto.

d) A falta do recolhimento no prazo citado implicará em multa de 3% (três por cento) sobre o valor do débito.



5 – CURSOS DE ATUALIZAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Sempre que profissionais abrangidos por esta Convenção vierem a participar de cursos de atualização ou qualificação profissional patrocinados pelo Sindicato dos Nutricionistas ou outra entidade e desde que a referida participação seja custeada pela empresa onde prestem seus serviços, não sofrerão os aludidos profissionais quaisquer descontos salariais, durante o período da realização dos mencionados eventos, sempre que coincidentes com o respectivo horário de trabalho, mediante pré-aviso à empresa, com o mínimo de 10 (dez) dias de antecedência e, sua comprovação posterior, no mesmo prazo.

Parágrafo único: A participação prevista nesta cláusula fica limitada, porém, a 4 (quatro) dias por ano e a, apenas, 1 (um) profissional em empresas até 300 (trezentos) empregados, bem como a 2 (dois) profissionais para empresas acima de 300 (trezentos) empregados.

6 – ABRANGÊNCIA

Esta Convenção aplica-se à categoria dos empregados que exerçam a profissão de Nutricionista, regulada pela Lei nº 8.234/91, com o correspondente registro no Conselho Regional de Nutrição, empregados nas empresas de comércio e serviços inorganizadas e representadas pela Fecomércio, e pelos sindicatos signatários da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

7 – MULTA

Multa de 5% (cinco por cento) do salário normativo da categoria predominante, por infração, em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas contidas no presente instrumento, revertendo o benefício em favor da parte prejudicada, excetuadas as cláusulas que possuam multas específicas, na lei ou nesta Convenção.

Parágrafo único: A multa prevista nesta cláusula fica limitada, em seu total, ao teto de um salário normativo da categoria profissional predominante vigente à data da infração.

8 – DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO

As empresas poderão descontar dos salários dos seus empregados, consoante o art. 462 da CLT, além do permitido por Lei, também seguros de vida em grupo, alimentação, alimentos, convênios com supermercados, planos ou convênios médico-odontológicos, medicamentos, transporte, empréstimos pessoais, contribuições a associações, clubes e outras agremiações e demais benefícios



concedidos, quando os respectivos descontos forem autorizados por escrito pelos próprios empregados.

9 – CLÁUSULAS ESPECÍFICAS CONSTANTES EM NORMA COLETIVA DA CATEGORIA PREDOMINANTE

Respeitadas as cláusulas objeto deste instrumento e que são específicas à categoria profissional abrangida, ficam estendidas aos empregados Nutricionistas as demais cláusulas e respectivos benefícios constantes de eventuais normas coletivas de trabalho existentes, e que estejam e venham a permanecer em vigor na constância desta Convenção, bem como das que vierem a ser pactuadas durante a sua vigência, aplicáveis para a categoria profissional preponderante nas empresas, isoladamente consideradas, nas quais prestem seus serviços profissionais, obedecida, porém, a data de início de vigência da presente Convenção, ou seja, 01.07.2007.

10 – VIGÊNCIA

A vigência da presente Convenção será de 1 (um) ano, com início em 01.07.2007 e término aos 30.06.2008.

11 – NORMAS CONSTITUCIONAIS

A promulgação da legislação ordinária e/ou complementar, regulamentadora dos preceitos constitucionais, substituirá onde aplicável, direitos e deveres previstos nesta Convenção, ressalvando-se sempre condições mais favoráveis aos empregados, vedada, em qualquer hipótese, a acumulação.

12 – PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação, total ou parcial, da presente Convenção, ficará subordinado às normas estabelecidas pelo artigo 615 da CLT.

13 – DIFERENÇAS SALARIAIS

Eventuais diferenças salariais oriundas da presente Convenção, poderão ser pagas juntamente com os salários do mês de janeiro de 2008.



14 – JUÍZO COMPETENTE

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação desta Convenção, desde que esgotadas as tentativas de solução amigável.

Nestes termos,

PP. Deferimento.

São Paulo, 20 de dezembro de 2007.

**Pelo Sindicato dos Nutricionistas do
Estado de São Paulo**


ERNANE SILVEIRA ROSAS
Presidente
CPF n.º 314.702.707-49

**Pela Federação do Comércio do
Estado de São Paulo e demais
Sindicatos Patronais
nominados**

PEDRO TEIXEIRA COELHO
Advogado
OAB/SP – 18.128
CPF/MF n.º 075.491.138-15


MARIA ALICE RIBEIRO MAGALHÃES
Advogado
OAB/SP – 148.130
CPF/MF n.º 040.847.158-16